



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

NAYARA DE JESUS N. SANTANA

A INFLUÊNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS E DAS PRÁTICAS
DE INOVAÇÃO SOBRE A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO PÚBLICA EM UMA
ESCOLA DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO DISTRITO FEDERAL

Cidade
2023

NAYARA DE JESUS N. SANTANA

A INFLUÊNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS E DAS PRÁTICAS
DE INOVAÇÃO SOBRE A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO PÚBLICA EM UMA
ESCOLA DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO DISTRITO FEDERAL

Monografia apresentada ao Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília – UNB, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciência Política. Orientador: Prof. Dr. Paulo Carlos Du Pin Calmon.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Du Pin Calmon
Parecerista: Prof. Dr. Luciano Pereira da Silva

Cidade
2023

NAYARA DE JESUS N. SANTANA

A INFLUÊNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS E DAS PRÁTICAS
DE INOVAÇÃO SOBRE A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO PÚBLICA EM UMA
ESCOLA DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO DISTRITO FEDERAL

Monografia apresentada ao Instituto de Ciência
Política da Universidade de Brasília – UNB, como
requisito parcial para obtenção do grau de
Bacharel em Ciência Política. Orientador: Prof. Dr.
Paulo Carlos Du Pin Calmon.

Brasília, 11 de setembro de 2023

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Paulo Du Pin Calmon
Orientador

Prof. Dr. Luciano Pereira da Silva
Parecerista

Dedico este trabalho à minha mãe, que apesar do pouco estudo, sempre enfatizou a importância da educação e que trabalhou muito para que eu pudesse ter acesso à escola e a uma realidade diferente da que ela teve.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a todos e todas que compartilharam comigo algum momento desta jornada. Nos desafios acadêmicos, nas risadas compartilhadas ou nos momentos de apoio em momentos difíceis, cada um desempenhou um papel importante em minha trajetória e contribuiu para a pessoa que me tornei.

Agradeço profundamente à minha psicóloga, Renata Monteiro, que foi essencial para que eu pudesse concluir esse ciclo.

Minha profunda gratidão também ao meu orientador, o Prof. Dr. Paulo Du Pin Calmon, por sua paciência, orientação e disponibilidade ao longo deste processo de pesquisa. Também agradeço ao Prof. Dr. Luciano Pereira da Silva, que prontamente aceitou o convite para ser o parecerista deste trabalho e contribuiu para o seu aprimoramento. Assim como agradeço aos pesquisadores que se dedicam a contribuir para a melhoria da qualidade da educação pública e os quais as suas obras auxiliaram na elaboração desta pesquisa.

Quero estender meu agradecimento a todos os funcionários da secretaria do Instituto de Ciência Política - IPOL. O atendimento de qualidade e compromisso com as demandas dos alunos são fundamentais e fizeram e fazem toda a diferença. Assim como outros alunos, sempre pude contar com a ajuda e o suporte de vocês em todas as etapas da minha graduação.

Por fim, mas não menos importante, gostaria de expressar minha sincera gratidão a todos os professores que se empenham em fazer da academia um ambiente de aprendizado enriquecedor e acolhedor. Agradeço pelas contribuições tanto na minha formação acadêmica como na vida profissional.

RESUMO

Esta monografia aborda a influência das políticas públicas educacionais e das práticas pedagógicas, consideradas inovadoras, na melhoria da qualidade da educação pública. O objeto desse estudo é a Escola Classe 15 de Ceilândia, no Distrito Federal. O presente estudo busca entender como a implementação dessas políticas e práticas contribuíram para que a escola se destacasse como uma instituição inovadora e de qualidade. A pesquisa tem uma abordagem de natureza qualitativa, com finalidade descritiva e exploratória, visando confirmar a existência de relação entre as variáveis citadas e utiliza-se do método hipotético-dedutivo, mediante a realização de pesquisa documental e bibliográfica. Assim sendo, essa pesquisa apresenta um panorama histórico da educação pública no Brasil, discute os conceitos de políticas públicas educacionais e inovação escolar e analisa a relação entre as políticas e as práticas implementadas pela Escola Classe 15 de Ceilândia e seus resultados positivos. Os resultados evidenciam que a implementação de políticas públicas e práticas educacionais que fomentam a inovação no ensino público com o objetivo de superar o modelo tradicional foram fundamentais e também são essenciais como forma de promover uma educação pública de qualidade, tendo em vista que desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, toda a legislação educacional que foi aprovada buscou implantar mecanismos que possibilitaram, por parte da escola, a adoção de um Projeto Político-Pedagógico que valoriza o estudante como protagonista no seu processo de aprendizagem, a educação contextualizada e o ensino crítico. Por fim, ressalta a importância de investir na formação contínua dos professores, do envolvimento de toda a comunidade escolar no processo de ensino-aprendizagem, bem como destaca a importância de uma avaliação contínua e sistemática do trabalho realizado, tendo em vista que, na sociedade atual, onde a tecnologia e a inovação estão avançando de mãos dadas, o conhecimento se torna obsoleto muito rapidamente, impactando toda a coletividade, e não apenas a esfera educacional.

Palavras-chave: Educação pública; Políticas Públicas Educacionais, Educação de qualidade; Inovação escolar

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	EDUCAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL E POLÍTICAS PÚBLICAS	12
2.1	BREVE CONTEXTO SOBRE A EDUCAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL	12
2.2	FORMATO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL	16
2.3	POLÍTICAS PUBLICAS E POLÍTICAS PUBLICAS EDUCACIONAIS	18
2.3.1	Conceito de Políticas Públicas	18
2.3.2	Conceito de Políticas Públicas educacionais	19
3	PRÁTICAS DE INOVAÇÃO ESCOLAR	23
3.1	INOVAÇÃO ESCOLAR	23
3.2	O USO DE RECURSOS TECNOLÓGICOS E NOVAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS COMO INOVAÇÃO ESCOLAR	24
4	ESCOLA CLASSE 15 DE CEILÂNDIA	27
4.1	PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO - PPP	27
4.2	ESCOLA CLASSE 15 DE CEILÂNDIA - EC 15	28
4.3	PERFIL DOS ESTUDANTES	30
4.4	PRÁTICAS INOVADORAS IMPLEMENTADAS	30
5	CONCLUSÃO	33
	REFERÊNCIAS	37

1 INTRODUÇÃO

A educação é prevista na Constituição Federal de 1988 como um direito social, ou seja, é um direito fundamental que deve ser garantido pelo Estado, mediante a implementação de políticas públicas que visem garantir a todos o acesso a uma educação pública de qualidade, pois de tal modo é possível propiciar aos indivíduos, dentre outros benefícios, o exercício da cidadania e a diminuição das desigualdades sociais existentes no país, por exemplo. Nesse sentido, a Constituição determina que é dever do Estado garantir a "educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria" (Brasil, 2023, p. 121).

Ainda no que diz respeito a Constituição Federal de 1988, no tocante à educação, a responsabilidade por ela é definida como de competência comum de todos dos Entes da Federação: a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. Essa competência comum não é apenas sobre a promoção de acesso à educação, mas também de acesso à cultura, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação. Para além disso, em seu artigo 205, diz que "a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho." (Brasil, 2023, p. 120).

No entanto, mesmo com essas determinações e com todos os esforços de agentes públicos e da sociedade civil, anteriores e pós Constituição de 88, a promoção de uma educação pública de qualidade e inovadora ainda é um dos principais problemas sociais que afetam a população brasileira. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), o Brasil tinha em 2019, um total estimado de 6,6% de pessoas analfabetas com idade igual ou superior a 15 anos, o equivalente a 11 milhões de brasileiros. Já em relação à Educação Básica, que é obrigatória e abrange a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, dos jovens de 14 a 29 anos de idade, que somam quase 50 milhões de pessoas, 20,2%(10,1 milhões) não a concluíram, seja por terem abandonado a escola, seja porque nunca a frequentaram.

Os dados supracitados evidenciam que a educação pública de qualidade no Brasil ainda é um desafio que precisa ser enfrentado, com um constante planejamento, avaliação das ações de enfrentamento e com práticas e políticas públicas educacionais que proporcionem inovação escolar, em relação ao modelo existente, e que visem a redução das desigualdades educacionais.

A importância dos investimentos em políticas públicas para a educação se dá, pois além dos retornos positivos individuais, eles geram retornos que podem

impactar toda uma sociedade, uma vez que sociedades com melhores indicadores em educação possuem maiores probabilidades de crescimento econômico no longo prazo, tendo em vista que estudos demonstram taxas maiores de agentes econômicos mais produtivos e de invenções e assimilação de novas tecnologias. Há, também, os benefícios sociais, pois países mais escolarizados possuem melhor qualidade de vida, maior envolvimento comunitário e menores taxas de criminalidade (Pieri, 2018).

Contudo, os obstáculos para uma educação pública de qualidade e que contribua para o desenvolvimento do país, vão além do fator investimento, tendo em vista que o Brasil é um dos países que mais investem em educação pública, inclusive se comparado com países que possuem alto nível educacional. Todavia, ainda assim, ocupa as últimas posições em avaliações internacionais de desempenho escolar, como o PISA - Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (na sigla em inglês), utilizado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). De acordo com a Secretaria do Tesouro Nacional (2018, p. 2),

O Brasil gasta atualmente, em educação pública, cerca de 6,0% do PIB, valor superior à média da OCDE (5,5%) – que engloba as principais economias mundiais – e de pares como Argentina (5,3%), Colômbia (4,7%), Chile (4,8%), México (5,3%) e Estados Unidos (5,4%). Cerca de 80% dos países, incluindo vários países desenvolvidos, gastam menos que o Brasil em educação relativamente ao PIB.

Nesse seguimento, estudiosos sobre esta temática, não se restringindo ao Brasil, afirmam que o puro e simples aumento da aplicação de recursos em políticas educacionais é ineficiente no que diz respeito à qualidade educacional. No caso brasileiro, mesmo com a ampliação do gasto público em educação nos últimos anos, em todos os níveis de governo e nos variados níveis de ensino, facilitando e expandindo o acesso às escolas, a qualidade permanece como um desafio, que pode ser superado através do aprimoramento das políticas e processos educacionais já existentes e através da replicação de experiências educacionais que obtiveram êxito nacional e/ou internacionalmente (Secretaria Do Tesouro Nacional, 2018).

Nesse aspecto, quando a discussão é sobre alcançar a qualidade do ensino público, o debate sobre inovação no contexto educacional tem se tornado crescente e cada vez mais robusto. O motivo disso está relacionado ao fato de que monitorar a inovação na educação e compreender o seu funcionamento é de grande relevância quando se tem o objetivo de melhorar os sistemas educacionais (Vincent-Lancrin *et al.*, 2019). Além disso, muitas vezes também é concebida sob a perspectiva da sua capacidade de inclusão e igualdade e ligação com o debate dos direitos humanos e

da justiça social (Rossi, 2021). No entanto, ainda assim, a concepção de inovação educacional é passível de múltiplas compreensões, podendo ter conceitos epistemológicos e ideológicos diferentes sobre o processo educativo (Tavares, 2019).

Diante disso, este estudo parte da concepção de que inovação educacional é, sobretudo, determinada pelo contexto e pela cultura, e se dá mediante a utilização de novos recursos visando à melhoria dos resultados no processo de ensino-aprendizagem, englobando um processo contínuo, complexo e sistêmico, que pode estar relacionado tanto ao uso de novas práticas pedagógicas como ao uso de recursos tecnológicos. Cabe destacar que isso não representa abandonar o que foi construído pela escola, mas sim a inclusão de novos recursos ou estratégias visando uma educação pública mais democrática, com práticas pedagógicas mais criativas, flexíveis e humanizadas, de modo que possa assegurar uma educação de qualidade (Souza; Teixeira; Souza, 2018).

Diante desse cenário, a presente pesquisa pretende verificar a influência das políticas públicas e das práticas educacionais que fomentam a inovação escolar sobre a melhoria do ensino público. Para tanto, foi escolhida, como objeto de análise, a Escola Classe 15, localizada na Ceilândia, Região Administrativa mais populosa do DF, e que se sobressaiu no noticiário local como uma escola inovadora no ano de 2019. Nesse contexto, a escolha desse tema se justifica, pois, tão importante quanto saber qual o diagnóstico da educação brasileira é saber o que está sendo feito, com o objetivo de melhorias e se o que tem sido feito, tem tido eficácia, eficiência e efetividade, no sentido de fazer o que precisa ser feito, de modo correto; de forma que o fim a ser atingido seja alcançado mediante a utilização racional e econômica dos recursos, sem que haja perda da qualidade na entrega do resultado; e de maneira que o resultado proporcione um impacto positivo ao suprir uma necessidade da população, fornecendo uma melhoria real (Castro, 2006).

Portanto, diante disso e da importante função social exercida pela educação enquanto política de Estado, este trabalho visa responder ao seguinte questionamento: A implementação de políticas públicas educacionais, em conjunto com práticas consideradas inovadoras, contribuíram para que a Escola Classe 15 de Ceilândia - EC 15, escola pública que ministra Educação Básica em Tempo Integral oferecendo do 1º ano à 5º ano do Ensino Fundamental, obtivesse destaque como escola inovadora e de qualidade? Esse questionamento surge após a escola atingir nota de 7,3 no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), em 2019, sendo este resultado o melhor de Ceilândia e o quinto melhor do Distrito Federal - DF.

Para a escolha da referida escola como objeto desse estudo de caso, houve, primeiramente, uma procura por notícias que mencionassem escolas na Ceilândia,

Região Administrativa mais populosa do DF, de acordo com dados divulgados pela CODEPLAN (2021), que tivessem adotado alguma prática inovadora. Ao fazer essa busca, o que sobressaiu foram as notícias referentes ao Prêmio Gestão, que em 2020 premiou escolas da Educação Básica que conseguiram inovar durante a pandemia da Covid-19. A opção pela EC 15 aconteceu após uma pesquisa mais aprofundada, onde foi possível constatar que ela, além de ter ganhado esse prêmio nas etapas distrital e regional e, posteriormente, ter ficado entre as 5 finalistas na etapa nacional, ela também obteve a melhor nota do Ideb da Ceilândia e o quinto melhor do DF em 2019. Ainda que o Prêmio Gestão e o período pandêmico não sejam objetos desse estudo, esses resultados também influenciaram na definição da instituição de ensino a ser observada. As informações sobre a escola foram retiradas da sua Proposta Político-Pedagógico 2017-2019, das redes sociais da própria instituição (Facebook, YouTube e Instagram) e dados constantes no site da Secretaria de Educação do Distrito Federal.

Com isso, o objetivo geral desse trabalho é analisar o impacto das políticas públicas educacionais e das práticas que promovem a inovação no ambiente escolar sobre os resultados obtidos pela escola supracitada, no período anteriormente mencionado. Para tanto, os seguintes objetivos específicos foram traçados: apresentar um breve contexto histórico da educação pública no Brasil e o conceito de políticas públicas educacionais; expor, de acordo com a literatura, o que é inovação escolar e o que são as práticas consideradas inovadoras; listar as principais políticas públicas educacionais que norteiam o Projeto Político-Pedagógico da EC 15; e identificar a relação existente entre o resultado obtido pela escola foco do estudo e a adoção das práticas e das políticas públicas que fomentam a inovação.

Dessa forma, parte-se da hipótese de que um meio para a melhoria da qualidade do ensino público no Brasil é a existência de investimentos em políticas públicas e em práticas educacionais que incentivem inovação, em relação ao modelo existente, pois apesar dos investimentos já realizados, o modelo tradicional, ainda predominante, não foi capaz de atingir o fator qualidade, pois, conforme os dados divulgados pelo Indicador de Alfabetismo Funcional - Inaf (2018), a taxa de analfabetismo funcional para os brasileiros, na faixa de 15 a 64 anos, era de 29%, em 2018. Nesse sentido, a hipótese verifica o entendimento de que a escola observada, na região administrativa de Ceilândia, obteve tal visibilidade em razão da implementação de políticas e práticas que estimulam o caráter inovador no âmbito educacional.

Assim sendo, esta pesquisa tem uma abordagem de natureza qualitativa sobre o impacto da implementação de políticas educacionais e a adoção de práticas inovadoras por parte da escola nos resultados obtidos por ela. Possui finalidade

descritiva e exploratória, visando confirmar a existência de relação entre as variáveis citadas. Utiliza-se do método hipotético-dedutivo, mediante a realização de pesquisa documental e bibliográfica, sendo que os documentos analisados são os projetos políticos-pedagógicos, que a escola, objeto desse estudo de caso, envia para a Secretaria de Educação do Distrito Federal e as legislações educacionais, enquanto que a pesquisa bibliográfica abrange livros, artigos científicos, dissertações, entre outras fontes, disponibilizadas de forma impressa ou virtual.

Posto isso, a bibliografia foi selecionada a partir de pesquisas exaustivas sobre o modelo educacional brasileiro e sobre inovação escolar em ferramentas de pesquisa como Google Scholar (Google Acadêmico em português), mecanismo de busca virtual de artigos e referências para trabalhos científicos, e em bibliotecas online como Scielo e o Repositório Institucional da Universidade de Brasília, constituindo-se numa pesquisa composta, quase que na totalidade, por artigos científicos publicados em revistas acadêmicas, dissertações e teses. Para escolha do material, foram consideradas as publicações sobre o histórico da educação pública no Brasil e sobre inovação educacional no período que se inicia após a promulgação da Constituição Federal de 1988 até o ano de 2021. No entanto após breve análise do conteúdo selecionado, optou-se pelos estudos mais recentes sobre a temática, dentro desse período, tendo em vista que é um tema em desenvolvimento e passível de avanços científicos. Foi dada preferência para os estudos de casos sobre escolas no DF, mas não se limitando a eles.

O trabalho é dividido em quatro capítulos, sendo que o primeiro capítulo expõe um breve contexto sobre o histórico e o formato da educação pública no Brasil e apresenta a definição do que são políticas públicas e políticas públicas educacionais, especialmente nas escolas do DF. O segundo capítulo apresenta o conceito de inovação e inovação educacional. O terceiro capítulo apresenta a escola observada e quais foram as práticas e políticas públicas que apoiaram a inovação na escola, seja inovação no sentido do uso de novas tecnologias, seja no uso de novas estratégias pedagógicas, de acordo com o seu respectivo projeto político-pedagógico. Por fim, o quarto capítulo expõe as conclusões obtidas durante o desenvolvimento da pesquisa

2 EDUCAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL E POLÍTICAS PÚBLICAS

A Educação Pública e a Inovação Escolar são temas de grande relevância no contexto brasileiro. A Constituição Federal de 1988 estabelece a educação como um direito social e atribui a responsabilidade pela sua promoção e acesso como comum a todos dos Entes da Federação: a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. A Carta Magna diz ainda que "a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho" (Brasil, 2023).

No entanto, não é suficiente apenas oferecer a educação e viabilizar o acesso à ela, é necessário que essa educação seja também de qualidade, pois assim como é enfatizado por Gadotti (2005, p. 1) "o direito à educação é, sobretudo, o direito de aprender. Não basta estar matriculado numa escola. É preciso conseguir aprender na escola.". O autor também argumenta que a educação é um dos requisitos fundamentais para o exercício da cidadania, porque é por meio dela que o indivíduo pode acessar os serviços e recursos disponíveis em uma sociedade, de modo que não poder alcançar esses elementos significa não ter acesso aos direitos humanos fundamentais.

Apesar desse entendimento, a educação pública no Brasil tem enfrentado desafios significativos ao longo dos anos, especialmente no que diz respeito à qualidade do ensino público. Diante desse cenário, este texto parte da premissa que investimentos em práticas e políticas públicas que estimulam a adoção de projetos pedagógicos que fomentam a inovação escolar podem ser fundamentais na busca por melhorias na qualidade do ensino básico no brasileiro.

2.1 BREVE CONTEXTO SOBRE A EDUCAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL

Não há, aqui, a pretensão de se fazer uma apresentação minuciosa, mas apenas de contextualizar, de forma resumida, como a educação pública no Brasil se desenvolveu historicamente, até obter o formato que conhecemos hoje, para que seja possível compreender as causas do atual modelo não ser efetivo e como podemos buscar formas de obter essa efetividade. Cabe ressaltar, ainda, que "a prática da educação é muito anterior ao pensamento pedagógico. O pensamento pedagógico surge como a reflexão sobre a prática da educação, como necessidade de sistematizá-la e organizá-la em função de determinados fins e objetivos." (Gadotti, 2003, p. 21).

No Brasil, a prática educacional exercida no modelo de escola que temos

hoje, onde, teoricamente, uns ensinam e outros aprendem é resultado de um longo processo histórico. Conforme aponta Libâneo (2013), surgiu no país no século XVI, em 1549, com a vinda dos jesuítas no período colonial, que estabeleceram escolas para a catequese dos indígenas e a formação dos filhos da elite colonial. Diferentemente de outros países como Espanha e Inglaterra, Portugal impôs obstáculos à expansão do ensino nas suas colônias, o comum era que os filhos de nobres buscassem o ensino superior na Europa, tudo isso impactou o desenvolvimento do Brasil e teve influência em toda a nossa história (Trigueiro, 2016).

As primeiras mudanças no modelo colonial acontecem a partir de 1808 com a transferência da Família Real portuguesa para o Brasil e com a Independência em 1822, o que ocasionou investimentos na infraestrutura do país e avanços na área da educação. Após a transferência, por exemplo, foram fundados dois colégios importantes, o Seminário de Olinda e o Colégio do Caraça, além dos primeiros cursos superiores nas áreas de defesa militar e saúde. Houve, inclusive, tentativas de criação de uma universidade no Brasil, mas sem êxito, conforme observa Trigueiro (2016).

Apesar dos avanços, a autora destaca que no ciclo Imperial, no que diz respeito à criação de instituições educacionais, nas localidades onde os interesses políticos e econômicos estavam concentrados, como no Rio de Janeiro e em Salvador, a possibilidade de ingresso continuou sendo restrita a uma parcela privilegiada da população. Em outras localidades, o acesso era quase inexistente, o que existia em muitos casos, era um ensino doméstico. Essa realidade permaneceu até o período da República, quando, ainda no início do século XX, o acesso à educação era restrito a poucos, mesmo com os clamores por mudanças..

No âmbito educacional, o advento da República, trouxe mudanças legislativas importantes, tais como a primeira Constituição Brasileira, outorgada em 1824, que determinava, em seu Art. 179, “a instrução primária e gratuita a todos os cidadãos”; a Lei Geral da Educação de 1827, a qual tinha uma preocupação com um ambiente edificado voltado para o serviço escolar, definia a criação de escolas de primeiras letras em todos os lugares e vilas e permitia que meninas pudessem frequentar a escola, desde que os currículos fossem diferentes; e pela primeira constituição republicana, em 1891, que dava maior autonomia aos estados, descentralizando o ensino, separava Estado e Igreja, garantindo a laicidade do ensino e a abertura para o setor privado, que se concentrava, principalmente, no ensino secundário e superior.

Apesar dessas e outras disposições legais, não foram oferecidas as condições necessárias para transformar a estrutura educacional. O cenário, seguinte

às legislações educacionais da época, foi de descaso. Nas cidades, as escolas eram direcionadas aos filhos das classes privilegiadas, enquanto no interior do país havia poucas escolas rurais funcionando precariamente e com professores sem formação profissional (Souza; Santos, 2019).

A partir de 1930, durante o governo de Getúlio Vargas, a crescente insatisfação com o governo e com o autoritarismo da época atingiram o âmbito educacional, levando educadores a se mobilizarem e debaterem sobre as questões da época. Essa mobilização resultou na produção do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932). Trigueiro (2016, p. 55), observa que:

Esse manifesto representou uma tomada de posição face ao contexto social, com repercussões sobre as ideias pedagógicas que se formaram a partir de então. Ele definiu um amplo programa educacional, estabelecendo, entre seus princípios gerais, a educação como um serviço essencialmente público, gratuito e obrigatório, e a escola comum para ambos os sexos. O manifesto repercutiu na Constituição de 1934, que delegou a responsabilidade pela organização e manutenção de sistemas educativos primários aos estados, cabendo à União manter o ensino secundário e superior. A educação pública foi destinada aos que não podiam arcar com os custos do ensino privado, e o ensino vocacional e profissional passou a ser prioritário para estes. Com isso, o sistema educacional brasileiro acentuou um dualismo existente entre a educação escolar das elites, a quem eram reservados os cursos superiores, e aquela ofertada às classes populares, o ensino profissionalizante.

Após a queda de Vargas, no campo educacional, houve, em 1959, o surgimento do segundo Manifesto de Educadores ao Povo e ao Governo, chamado de "Mais uma vez convocados", que em conjunto com a população exigiam a expansão e o aprimoramento do acesso à educação, com o objetivo de efetivar os princípios garantidos pela Constituição de 1946, em seus artigos 166 e 167, os quais determinavam que "a educação é um direito de todos" e deveria ser ministrado pelos poderes públicos. Essa mobilização influenciou a criação da Lei nº 4.024/61, primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)¹.

No entanto, com o golpe militar (1964-1985), os ideais de democratização e universalização do estudo não se consolidaram. Trigueiro (2016) relata que avançaram processos de urbanização e industrialização e a educação foi vista como forma de ascensão social. A demanda por ensino superior levou às reformas universitária e do ensino de 1º e 2º graus. Apesar dessas reformas, até a década de 1980, o ensino básico não era universal. Houve um aumento da oferta de educação privada e a educação básica ainda era privilégio de poucos, com alguns filhos sendo escolhidos para estudar enquanto outros trabalhavam para ajudar a família.

Posterior a esse momento histórico, as mudanças efetivas mais significativas

¹ Lei de Diretrizes e Bases da Educação é a lei mais importante sobre educação, citada pela primeira vez na Constituição de 1934, define e regulariza a organização da educação brasileira com base nos princípios presentes na Constituição.

para a atualidade acontecem, após o fim da ditadura militar, a partir da promulgação da Constituição de 1988. Também conhecida como Constituição Cidadã, o principal símbolo da redemocratização garantiu em seu texto a liberdade de pensamento. Dentre outros direitos, assegurou a Educação como um direito fundamental e dever do Estado; a obrigação do Estado de fornecer creche e pré-escola às crianças de 0 a 5 anos; a oferta de ensino noturno regular; o ensino fundamental e médio gratuito inclusive para aqueles que não tiveram acesso ao ensino na idade apropriada; a educação no meio rural foi expandida; e foram intensificados os esforços para a inclusão de crianças com deficiência e da população indígena (Brasil, 2023).

A Constituição de 88 serviu de base para a elaboração da segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, a Lei nº 9.394, promulgada em 20 de dezembro de 1996, a atual LDB estrutura e direciona a educação brasileira. Juntas, as duas leis "dão suportes legais para que o direito a uma educação de qualidade seja realmente consubstanciado, assegurando a formação integral do indivíduo e a sua inserção consciente, crítica e cidadã na sociedade." (Souza; Santos, 2019). Ainda em 1996, foi elaborado, por parte do Governo Federal, os Parâmetros Curriculares Nacionais, responsável por estabelecer as diretrizes para a estruturação e a reestruturação dos currículos escolares de todo o país, com o objetivo de garantir a cidadania do aluno e uma escola que realmente tenha qualidade.

Trigueiro (2016) ressalta que nos últimos anos o princípio da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, previsto na LDB e na Constituição de 1988, tem sido um dos principais objetivos a ser alcançado, pois ainda há um percentual significativo de crianças e jovens que não frequentam a escola, seja porque nunca frequentaram, seja porque abandonaram os estudos. Esse tipo de afirmação se confirma quando se verifica, por exemplo, dados estatísticos como os divulgados pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF² em 2022, onde se constatou que aproximadamente 2 milhões jovens entre 11 a 19 anos que ainda não haviam terminado a educação básica deixaram a escola no Brasil. As justificativas dadas pelos entrevistados nesse levantamento para a evasão escolar são principalmente porque tinham de trabalhar fora, dificuldades de aprendizagem e porque tinham que cuidar de familiares, entre outros motivos.

Mesmo com todos os esforços empregados nos últimos anos, mediante

² Os dados fazem parte da pesquisa "Educação brasileira em 2022 – a voz de adolescentes", realizada pelo Ipec para o UNICEF. A pesquisa ouviu estudantes que estão na rede pública de ensino, e também aqueles que não completaram o ensino médio e não estão mais frequentando a escola. Foram realizadas 1.100 entrevistas com meninas e meninos de 11 a 19 anos, organizadas de modo a ser representativas da população-alvo do estudo. As entrevistas pessoais domiciliares foram realizadas de 9 a 18 de agosto de 2022. A margem de erro é de 3 pontos percentuais para mais ou para menos.

debates, criação de leis, implementação de políticas públicas e diversas outras ações, o que fica evidente é que ainda temos uma longa distância entre os textos previstos em lei e a realidade. Estamos distantes de um modelo de educação que seja o ideal para superar os mais de 500 anos de descaso com a educação. Conforme Souza e Santos (2019).enfazizam, em muitos casos, ainda não há estrutura física adequada, a devida valorização dos professores, não há recursos materiais e pedagógicos, enfim, ainda falta muito para superarmos o modelo de educação que herdamos, que é excludente e limitado, e atingirmos uma educação que seja de fato gratuita, universal e que tenha qualidade

2.2 FORMATO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL

Apesar das múltiplas mudanças pelas quais a educação básica pública tem passado desde a Constituição de 1988, os desafios a serem superados são imensos, principalmente quando se fala do modelo de ensino adotado ainda de forma predominante nos dias atuais. Chamado por alguns autores e educadores de modelo tradicional de ensino e por outros de educação bancária, conforme propôs Paulo Freire, dentre outras nomenclaturas, esse modelo tem forte influência no formato ensino brasileiro atual e recebe diversas críticas por se considerado um modelo ultrapassado mediante os avanços e surgimento das novas necessidades apresentadas pela sociedade.

As características desse modelo de ensino são passíveis de serem observadas desde o período colonial, no entanto, o formato laico, como o conhecido contemporaneamente, surgiu em meados do século XIX na Europa, junto com os "sistemas nacionais de ensino" como parte do movimento mais amplo de suplantação da ordem social feudal pela capitalista. Nesse contexto histórico, ocorre a ascensão da burguesia como a nova classe social predominante consolidada no poder (econômico e político), bem como sua concepção da Educação e do seu papel na sociedade. A Educação é vista como um direito de todos os indivíduos (cidadãos) e um dever do Estado Moderno, desempenhando um papel fundamental na eliminação da ignorância característica do Antigo Regime e na formação de cidadãos esclarecidos e cultos. Para garantir esse direito, são estabelecidas escolas e instituições educativas responsáveis por instruir crianças e jovens na emergente sociedade (Protetti, 2010).

O método pedagógico adotado por estas instituições e que se tornou hegemônico, perpetuando-se até os dias atuais, inclusive no Brasil, constituía em uma educação centralizada no professor, o qual possuía a missão de transmitir os conhecimentos acumulados historicamente pela humanidade aos alunos que

possuíam a missão de assimilar o que lhes era transmitido. Essa teoria pedagógica também estava associada a uma forma específica de organizar a escola, onde as escolas eram estruturadas em turmas, cada uma com um professor que ministrava as lições, enquanto os alunos as seguiam e realizavam exercícios de forma disciplinada. Esse modelo, entretanto, resultou em uma crescente decepção, porque além de não alcançar sua meta de universalização - já que nem todos tinham acesso a ela, e mesmo aqueles que tinham acesso nem sempre obtinham sucesso - ainda ficou evidente que nem todos os alunos bem-sucedidos se adaptavam ao tipo de sociedade que se pretendia consolidar (Saviani, 1999, p. 18).

Atualmente, o formato da educação pública tradicional no Brasil tem um formato muito próximo do descrito anteriormente. Paro (2011) observa que está enraizada a situação na qual o ensino se dá na forma de um professor lecionando, em uma sala de aula, com uma turma de alunos sentados de forma enfileirada em suas carteiras, durante a maior parte do tempo de aula, se não em toda a aula. Este modelo privilegia a dimensão "conteudista" da educação, onde a função da escola é transmitir conhecimentos e informações. Vidotti e Afonso (2008) destacam que nesse modelo compete ao aluno assimilar pacificamente os conteúdos que lhes são transmitidos, para assumir seu lugar na sociedade. Os métodos avaliativos têm foco na memorização, por meio de interrogatórios e provas, o aluno deve reproduzir na íntegra o que lhe foi lecionado.

Freire (1987), grande crítico desse modelo de ensino, o denominou de ensino bancário, pois, análogo ao sistema bancário, os educadores depositam, verbalmente, fragmentos de conteúdos sobre os alunos. Conteúdos que são, muitas vezes, desconectados da realidade dos educandos e da sociedade. O autor defende que, dessa forma, a educação perde o seu caráter transformador, pois o aluno apenas fixa, memoriza e repete o que lhe foi depositado, sem se dar conta dos significados. Dessa maneira, o modelo de ensino tradicional seria uma forma distorcida da educação, pois não há criatividade e nem transformação.

Duarte (2018) enfatiza que esse modelo de ensino, que permanece até os dias atuais, provoca um descompasso entre os modelos tradicionais de ensino e as novas demandas da sociedade. As consequências disso são diversas, dentre outras podemos destacar os altos índices de evasão escolar, baixos índices de aprendizagem e desigualdades educacionais entre as diferentes regiões e grupos socioeconômicos. Além disso, Losif (2007) aponta que o Estado brasileiro está fracassando na provisão de uma educação de qualidade para a população historicamente excluída e disponibiliza uma instituição de ensino pública que favorece uma educação mecânica e deficiente em detrimento do desenvolvimento de habilidades críticas, abrangentes e autônomas.

Em síntese, o formato da educação pública no Brasil tem origem histórica e

passou por transformações ao longo do tempo. No entanto, o modelo educacional tradicional adotado ainda apresenta limitações antigas, reproduzindo desigualdades educacionais e sociais e não estimulando o pleno desenvolvimento dos estudantes. Nesse contexto, será apresentado a seguir reflexões quanto aos motivos do incremento de práticas e políticas públicas que promovem a inovação no ensino público serem um dos meios de superação de déficits do modelo tradicional de ensino e assim proporcionar melhorias na qualidade da educação no Brasil.

2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS E POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

Paiva *et al.* (2016) destacam que atualmente, reconhece-se que os procedimentos de ensino possuem tanta relevância quanto os próprios conteúdos de aprendizagem. Conseqüentemente, as abordagens de ensino tradicional passam a integrar o escopo de teóricos não apenas da área da Educação, mas de toda a comunidade acadêmica que se empenha em identificar suas limitações e procurar alternativas. Nesse sentido, Oliveira *et al.* (2020) apontam que, apesar da relevância, na agenda de pesquisa da Ciência Política brasileira a educação não ocupa um lugar de destaque, mas, ainda assim, ressaltam que os estudos nessa área é de suma importância para a centralidade que o tema assume na arena política. Diante disso, o propósito desse texto a partir de agora é pontuar como as políticas públicas e as práticas educacionais que fomentam a inovação podem influenciar positivamente na qualidade da educação brasileira.

2.3.1 Conceito de Políticas Públicas

Partindo de uma definição do que é política pública, temos que é um ramo da Ciência Política que não se limita a uma única definição. No entanto, os conceitos de políticas públicas, em um sentido amplo e em uma abordagem holística, podem ser sintetizados como um conjunto de decisões públicas que tem por objetivo ações ou omissões, preventivas ou corretivas, com a finalidade de manter ou modificar a situação de um ou vários setores da vida social, através da alocação dos recursos e da definição de metas e estratégias de atuação necessárias para alcançar tais metas estabelecidas e assim assegurar direitos sociais (Saravia, 2006; Souza, 2006). Em complemento a essa definição, Oliveira (2010) destaca a importância dos grupos de interesses (os quais podem ser econômicos, étnicos, de gênero, culturais, religiosos, etc) que "organizados socialmente, traçam estratégias políticas para pressionaram o governo a fim de que políticas públicas sejam tomadas em seu favor.

2.3.2 Conceito de Políticas Públicas educacionais

Em um enquadramento das políticas públicas com foco na educação é importante entender, conforme observa Oliveira (2010, p. 96), que educação é uma definição muito abrangente para se tratar das políticas educacionais. "Isso quer dizer que políticas educacionais é um foco mais específico do tratamento da educação, que em geral se aplica às questões escolares." O autor também assinala que a educação só é considerada escolar quando for suscetível a uma delimitação por um sistema que tem origem em políticas públicas. Em síntese, o conclui que pode-se dizer que políticas públicas educacionais regulam e orientam os sistemas de ensino, instaurando a educação escolar.

Em consonância com esta definição, Nanni e Filho (2016) definem as políticas públicas educacionais como as ações ou iniciativas prioritárias do Estado que impactam o ambiente da educação formal, visando aprimorar o processo de ensino-aprendizagem, por meio de políticas educacionais expressas por planos nacionais, estaduais e municipais de educação, através de diretrizes e programas de formação e capacitação de professores, construção e melhoria de infraestrutura escolar, contratação de profissionais qualificados, programas de gestores escolares, e planos de valorização dos professores, entre outras ações.

Conforme mencionado anteriormente, as concepções e práticas de ensino da educação pública brasileira, existente atualmente, é resultante de um longo processo histórico, que envolve diversos movimentos e reformas com o objetivo de alcançar uma educação realmente universal e de qualidade. Nesse aspecto, a partir das determinações para a educação, previstas pela Constituição de 1988, gradativamente, estão sendo implementadas políticas públicas educacionais, nas quais estão fundamentadas mudanças e práticas que visam fomentar a inovação no âmbito escolar com a finalidade de atingir um modelo de educação condizente com as necessidades impostas pelo modelo de sociedade em desenvolvimento no século XXI.

Nessa perspectiva, a Carta Magna traz a definição do Brasil como "República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal" (Brasil, 2023). Assim sendo, Cury (2002) avalia que ter um país federativo implica na distribuição do poder e na autonomia relativa das entidades federadas em relação às competências específicas de suas próprias iniciativas, de modo que, ao se organizar dessa maneira, o faz com base no princípio da cooperação.

No contexto educacional, o autor desta o artigo 23 da Constituição, o qual enumera as responsabilidades comuns a todos os entes federados, que em razão da magnitude das suas finalidades não poderiam ser alcançados sem a

colaboração de todos. É nele que se encontra a previsão de que o Estado deve *proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência*. Destaca também o artigo 24, no qual consta as competências concorrentes entre União, estados e Distrito Federal. Neste caso, trata das matérias sobre as quais estes entes federativos podem legislar, dentre elas estão a *educação, a cultura, o ensino e o desporto*.

Dessa maneira, a Constituição Federal instituiu um sistema de ensino plural, de articulação mútua de competências e atribuições legislativas entre os membros do sistema federativo, afirmando a dignidade e a autonomia desses poderes públicos, através de competências privativas, concorrentes e comuns. Em outras palavras, adotou um regime normativo e político descentralizado, plural e cooperativo. Esse sistema promove a participação social por meio de novos mecanismos e amplia o número de atores políticos capazes de tomar decisões. A cooperação entre os entes federativos exige entendimento mútuo, e a participação implica a abertura de espaços públicos de deliberação (Cury, 2002).

Esse contexto é importante para a compreensão da conjuntura na qual está fundamentada as políticas educacionais norteadoras do ensino público no âmbito do Distrito Federal - DF. Sendo elas: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, instituída pela Lei nº 9.394 de 1996, conhecida pela sigla LDB; o Plano Nacional de Educação - PNE, instituído pela Lei nº 13.005 de 2014; e o o primeiro Plano Distrital de Educação - PDE, instituído pela Lei nº 5.499/2015.

Atualmente a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, Lei nº 9.394 de 1996, conhecida pela sigla LDB, é um conjunto de normas responsável por estabelecer as diretrizes e bases da educação, desde a educação básica até o ensino superior, em todo o território nacional. Ela define os níveis e modalidades de ensino, os currículos mínimos, a formação de professores, a gestão escolar e o financiamento educacional, entre outros aspectos relevantes. Ela delimita as opções educacionais partindo da liberdade e pluralidade de concepções e práticas pedagógicas e garante autonomia para que os sistemas de ensino estruturam a educação básica, buscando garantir uma educação de qualidade, equitativa e inclusiva, assegurando o direito à educação para todos os cidadãos brasileiros.

Diante desse dessa determinações, Ferreira (2020, p. 55) considera que a promulgação da LDB representou um avanço no que diz respeito "ao acesso e à permanência dos estudantes na escola, ao fomento da gestão democrática, à consolidação da educação básica e às questões que legislam sobre a valorização do professor e investimentos do poder público na escola pública". Cury (2002) observa ainda que a LDB, fundada nos princípios constitucionais, define e reforça a pluralidade consociativa/cooperativa, prevista na Constituição, como Sistema de Organização da Educação Nacional. É a partir dessa definição, de articulação entre

os sistemas, que surge o Plano Nacional de Educação - PNE.

Instituído pela Lei nº 13.005 de 2014, o Plano Nacional de Educação é uma política de Estado que objetiva à articulação e à integração de ações das diferentes esferas federativas. Possui vigência de dez anos (atualmente, 2014-2024). Ele é um dos instrumentos fundamentais no planejamento estratégico das políticas educacionais no Brasil e possui um impacto direto no que se refere a organização das escolas, desde a educação infantil até a pós-graduação, abrangendo tanto a rede pública quanto a privada. Nele constam 10 diretrizes, que devem orientar a educação, e 20 metas para a educação e as respectivas estratégias para alcançá-las durante a década que estará em vigor. Seu objetivo é contribuir para a conquista da democratização da educação, da universalização do ensino e do direito à educação a todos brasileiros. o PNE busca promover a equidade, a qualidade e a melhoria contínua da educação brasileira, conforme apontam Ferreira (2016) e Barbosa e Mello (2021).

Por meio de metas específicas e indicadores de monitoramento, o plano visa assegurar o direito à educação de qualidade para todos os cidadãos, buscando reduzir as desigualdades educacionais e promover o desenvolvimento humano, social e econômico do país. No intento de analisar os instrumentos avaliativos presentes no PNE, Ferreira (2016); Barbosa e Mello (2021) observam que, visando o alcance desses objetivos, no PNE há uma forte ênfase nas avaliações governamentais como meios de mensurar a qualidade da educação e assim promover mudanças estruturais e progressivas no sistema educacional. Ainda com enfoque em alcançar os objetivos estabelecidos, o PNE traz no artigo 8º a diretriz com a determinação de que, com a ampla participação de representantes da comunidade educacional e da sociedade civil, "os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão elaborar seus correspondentes planos de educação, ou adequar os planos já aprovados em lei, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas neste PNE" (Brasil, 2014). Ancorado nessa determinação, o Governo do Distrito Federal - GDF- sancionou, em julho de 2015, o primeiro Plano Distrital de Educação – PDE de Brasília.

O Plano Distrital de Educação - PDE, construído com a participação da comunidade escolar, de representantes da sociedade civil e do poder público, é o instrumento de referência para o planejamento estratégico das ações da Secretaria de Estado de Educação. A exemplo do PNE, é uma política que estabelece as prioridades, metas, diretrizes e ações para o desenvolvimento da educação na região do Distrito Federal e tem vigência decenal (atualmente, 2015-2024). Foi elaborado considerando as particularidades e demandas locais, alinhado com as diretrizes do Plano Nacional de Educação (PNE) e em conformidade com as demais políticas educacionais estabelecidas para o âmbito distrital e federal

(Distrito Federal, 2015); Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEEDF (2015).

O Plano Distrital de Educação, instituído pela Lei nº 5.499/2015, estipula 21 Metas para o desenvolvimento do ensino no Distrito Federal e 411 estratégias para o cumprimento dessas metas. Constituído como política de Estado, assim como a LDB e o PNE, o PDE, conforme observa a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEEDF (2015, p. s/p) preconiza "diretrizes, metas e estratégias que se desdobrarão em programas, projetos e ações de curto, médio e longo prazo, destinados a evitar possíveis improvisações e descontinuidades decorrentes de mudanças governamentais." Nesse aspecto, seus principais objetivos são: erradicação do analfabetismo formal e diminuição do analfabetismo funcional; universalização do acesso à educação; Melhoria da qualidade da educação; redução das desigualdades educacionais; valorização dos profissionais da educação; fortalecimento da gestão educacional; ampliação do acesso à educação inclusiva; e promoção da educação integral (Distrito Federal, 2015).

Cabe ressaltar que o Plano Distrital de Educação, em harmonia com a Constituição Federal, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e com o Plano Nacional de Educação, conforme aponta a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEEDF (2015, p. s/p), parte do entendimento da "educação como peça fundamental para a construção do Estado Democrático, cuja materialização intenta um projeto de desenvolvimento social, político, econômico, cultural e educativo como estratégia de superação de desigualdade social."

Por fim, paralelo à criação do PDE, a Secretaria de Estado de Educação do DF promoveu a reestruturação do currículo escolar e o divulgou em 2014, fazendo adaptações em 2018. Denominado de Currículo em Movimento do DF - CMDF, ele foi elaborado após plenárias e grupos de trabalhos com os profissionais da educação da rede de ensino do Estado. O CMDF fundamenta-se na Pedagogia Histórico-Crítica e na Psicologia Histórico-Cultural, alternativa teórico-metodológica que se firma em diversos fatores, sendo a situação socioeconômica da população do Distrito Federal um deles. A proposta é que o novo currículo funcione como um mecanismo aberto onde os conhecimentos conversem entre si, promovendo a pesquisa, a inovação e o aproveitamento de recursos e práticas pedagógicas mais criativas, flexíveis e humanizadas. A sua efetivação é prevista por meio dos projetos político pedagógicos das escolas (Seedf, 2021).

3 PRÁTICAS DE INOVAÇÃO ESCOLAR

Baseado na exposição resumida das principais políticas educacionais que fundamentam e direcionam o ensino público no Distrito Federal, o presente capítulo visa, a partir de agora, apresentar o conceito de inovação escolar e analisar como as práticas de inovação escolar podem impactar na consecução dos objetivos traçados nos respectivos documentos citados anteriormente.

3.1 INOVAÇÃO ESCOLAR

De acordo como Manual de Oslo³, inovação, em um sentido amplo, significa fazer algo novo ou significativamente melhorado e que seja capaz de provocar rupturas e agregar valor. É um recurso normalmente utilizado visando a melhora de desempenho e envolve um processo contínuo, complexo e sistêmico. Existem diferentes tipos de inovação e podem acontecer em qualquer setor da economia, inclusive, na educação. Nem sempre o modelo inovador é desenvolvido por quem o adotou, sendo muitas vezes resultado de uma aquisição mediante um processo de difusão, meio pelo qual as inovações se disseminam. (Ocde, 2005).

Diante disso, este estudo utiliza-se da concepção de que inovação educacional é, sobretudo, determinada pelo contexto e pela cultura, e acontece através da utilização de novos recursos e metodologias visando romper com antigos paradigmas educacionais e a melhoria dos resultados no desenvolvimento do ensino-aprendizagem, englobando um processo contínuo, complexo e sistêmico, que pode estar relacionado tanto ao uso de novas práticas pedagógicas como ao uso de recursos tecnológicos, ou seja, é a inclusão de novos recursos ou estratégias visando uma educação pública mais democrática, com práticas pedagógicas mais criativas, flexíveis e humanizadas, de modo que possa assegurar uma educação de qualidade, conforme preconiza o Currículo em Movimento do DF.

Nesse sentido, parte-se inicialmente do entendimento de que inovar não significa abandonar tudo o já foi construído pela escola, nem tão pouco significa desvalorizá-la ou desprezar aquilo que os indivíduos inseridos nela pensam, falam ou fazem. Posto isto, cabe destacar também que a inovação, no âmbito escolar e pedagógico brasileiro, como investigação científica, ainda é algo muito recente, tendo sua evolução mais robusta nos últimos vinte anos, incorporando-se ao movimento de democratização e de mudanças da escola pública (Carvalho, 2021).

³ Realizado conjuntamente pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e o Eurostat, o Manual foi escrito para e por especialistas de cerca de 30 países que coletam e analisam dados sobre inovação. É baseado em um consenso de opiniões sobre a demanda de indicadores de inovação e as necessidades fundamentais de políticas e teoria econômica, sobre as definições e a abrangência da inovação e sobre as lições a serem aprendidas a partir de outras pesquisas.

3.2 O USO DE RECURSOS TECNOLÓGICOS E NOVAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS COMO INOVAÇÃO ESCOLAR

Conforme mencionado anteriormente, a definição de inovação escolar possui múltiplas compreensões, podendo ser um conceito que abrange tanto o uso de novas práticas pedagógicas como o uso de recursos tecnológicos.

Nesse aspecto, Costa (2021) aborda a importância da inserção de tecnologias na sala de aula como uma forma de inovação pedagógica. Em sua abordagem, as tecnologias oferecem variedades nas possibilidades de apresentação do conteúdo, estimulando os alunos e proporcionando novas formas de ensinar e aprender. Isso representa uma quebra dos paradigmas tradicionais de ensino, que se baseiam apenas na transmissão de informações e memorização, e enfatiza a compreensão dessas informações como parte fundamental do novo processo de construção do conhecimento.

A autora, no entanto, ressalta que adicionar tecnologias na sala de aula não deve ser considerado uma inovação pedagógica por si só. É necessário combinar as práticas pedagógicas com a tecnologia, promovendo o aprendizado efetivo. A importância da informática no ensino e na aprendizagem é mencionada apontando para a necessidade de romper com o conservadorismo e incorporar a tecnologia nas práticas pedagógicas. Destaca-se, nesse caso, a importância de os professores se apropriarem das novas tecnologias digitais e não apenas as utilizarem de forma motivadora, mas também como uma ferramenta para problematizar conteúdos em sala de aula e buscar soluções criativas.

Diante dessa condição, Silva *et al.* (2021) chamam a atenção para o fato de que, frequentemente, até mesmo sob a alegação de inovação, alguns projetos e propostas são implementados como alterações nas escolas e sistemas educacionais, mas, ao invés de promoverem inovação, resgatam antigos processos e práticas que não são em nada inovadores. Algumas dessas mudanças são caracterizadas, sobretudo, pela utilização de tecnologias modernas como por exemplo, televisores, computadores, tablets, celulares, entre outros. Porém, ao examinar de perto, descobre-se que essas mudanças são apenas superficiais e podem até mesmo favorecer práticas altamente tradicionais e centralizadas, corroborando o alerta de muitos autores sobre a confusão entre inovação e mera inserção de tecnologias nas escolas.

Em complemento a esse entendimento, Demo (2012), defende que a inovação escolar deve, acima de tudo, superar os antigos sistemas de ensino, tornando-os sistemas de aprendizagem. Para o autor, a inovação acontece por meio de propostas que aperfeiçoam a oportunidade de aprender bem, através de, por

exemplo, abordagens problematizadoras, do ensino baseado em pesquisa, da interdisciplinariedade e do trabalho envolvendo competências humanas e recursos tecnológicos, isso sem ignorar as plataformas de aprendizagem online.

Pode-se afirmar ainda, particularmente no âmbito pedagógico, que as inovações educacionais estão condicionadas a vários elementos, mas, principalmente, ao contexto, aos padrões culturais, ao campo de conhecimento e à concepção de educação dos agentes envolvidos no processo. Diante disso, não há um único formato ou tipo de inovação educacional, mas sim inovações educacionais que são moldadas pelo cenário que estão inseridas e pela cultura (Souza; Teixeira; Souza, 2018).

Assim sendo, é essencial considerar as carências individuais dos alunos, as discrepâncias nos estilos de aprendizagem, nas ausências e talentos especiais. O sistema educacional brasileiro precisa identificar essas demandas para aprimorar suas operações, desempenho e satisfação entre os envolvidos e, conseqüentemente, inovar. Diante disso, a inovação pedagógica implica em transformações qualitativas nas práticas pedagógicas, as quais sempre envolvem uma postura crítica, explícita ou implícita, em relação às abordagens pedagógicas tradicionais. (Carvalho, 2021).

Seguindo esse entendimento, Duarte (2018) sustenta que em um ambiente que estimula a inovação escolar, o professor é incentivado a adequar sua prática pedagógica e abandonar as práticas de ensino do séc. XIX, e assim, adotar práticas condizentes com as necessidades dos alunos do séc. XXI. Nas instituições de ensino inovadoras, os professores buscam meios diferentes de aprimorar continuamente suas metodologias pedagógicas e tem como objetivo uma abordagem de ensino centrada no aluno. Nessa perspectiva, um formato de ensino inovador pode abranger a construção e desenvolvimento de atividades problematizadoras, reflexivas e criativas, aprendizagens mais interativas, produção por meio de softwares e ferramentas online, produção interativa de conteúdos, experimentações e usos de novas metodologias e a exploração de novos recursos, entre eles as Tecnologias de Informação e Comunicação - TICs, promovendo, desse modo, uma ruptura paradigmática com o obsoleto modelo de ensino tradicional (Carvalho, 2021).

Diante dos múltiplos benefícios, a inovação pedagógica exige um esforço constante das escolas, dos professores e profissionais envolvidos nela, pois além de ser necessário buscar meios prazerosos e lúdicos para os alunos, o maior desafio consiste na necessidade de adaptação e atualização constante do conhecimento, visto que o conhecimento se desatualiza rapidamente em uma sociedade onde a tecnologia e a inovação estão caminhando lado a lado, impactando todos os setores

e não apenas no seguimento educacional. Nesse contexto, a formação e capacitação constante docentes é considerada fundamental, pois eles são os responsáveis por oferecer aos alunos uma aprendizagem significativa, conectada às atualizações da sociedade (Costa, 2021).

4 ESCOLA CLASSE 15 DE CEILÂNDIA

Este capítulo visa analisar a Escola Classe 15 de Ceilândia e quais as práticas implementadas por ela se enquadram como inovadoras. Esta escola, obteve uma nota de 7,3 no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - Ideb, em 2019, sendo este o melhor resultado de Ceilândia e o quinto do DF. Buscando atingir este objetivo, será analisada a Proposta Pedagógica/Projeto Político-Pedagógico para o triênio 2017-2019, a qual foi reformulada no início do ano de 2019 e encaminhado à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.

4.1 PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO - PPP

O Projeto Político Pedagógico "é um documento onde há a colaboração de diversas pessoas, quais sejam: coordenador pedagógico, orientador educacional, professor, aluno,funcionário, pais etc. Nele há uma participação coletiva e democrática, onde se define a identidade da escola." (Costa, 2021, p. 16-17).

No tocante à EC 15, conforme observado na proposta político-pedagógica de 2019, objeto dessa análise, e em propostas de diferentes anos, o PPP é elaborado durante todo o ano anterior ao ano de trabalho, de modo que são estipuladas e encaminhadas as ações que devem constar na proposta pedagógica - PP do ano seguinte, tendo em vista que as avaliações do projeto são feitas no decorrer do processo. A importância desse formato está no fato de ser possível estabelecer um elo entre os atores e o cenário educativo, de modo que eventuais problemas e dificuldades encontradas servem como referência e norte para a elaboração das atualizações necessárias.

O Projeto Político-Pedagógico desta escola orienta-se pelos referenciais da Pedagogia Histórico-Crítica - PHC e da Psicologia Histórico-Cultural, as quais partem da consideração do contexto social, econômico e cultural dos estudantes nas práticas pedagógicas. Nesse aspecto, cabe ressaltar que assim como a Pedagogia Tradicional, a PHC também considera importante as matérias clássicas (português, matemática, geografia, história, etc.), no entanto, a PHC preconiza uma integração entre conteúdo e realidade concreta, de modo que o papel principal da escola é o de disseminar conteúdos vivos, concretos e indissociáveis das realidades sociais. Nesta pedagogia o educador é o mediador na construção do conhecimento pelo estudante (Vidotti; Afonso, 2008).

O PPP da escola é construído de forma coletiva, com a colaboração de toda a equipe gestora, corpo docente, equipe de apoio à aprendizagem, equipe das salas de recursos , auxiliares de educação, comunidade escolar e alunos, sendo garantida a participação:

- dos profissionais da escola e da comunidade escolar, por meio de reuniões e das coordenações coletivas, nos dias de Avaliação Institucional, onde são levantados e analisados os dados sobre o trabalho pedagógico e estabelecidas as ações e metas a serem alcançadas;
- dos alunos, que por terem uma idade média entre 6 e 10 anos e não apresentarem maturidade para participar de forma sistematizada, têm a participação viabilizada por meio de sugestões, questionários, pesquisas orais e escritas, produção de textos e desenhos.
- da comunidade escolar, através de encontros, reuniões, preenchimento de questionários e pesquisas, colhendo, dessa forma, informações, expectativas e avaliação do trabalho desenvolvido na escola.

4.2 ESCOLA CLASSE 15 DE CEILÂNDIA - EC 15

A Escola Classe 15 de Ceilândia - EC 15 foi inaugurada em 12 de dezembro de 1978 e está localizada na EQNN 08/10, Área Especial, Guariroba, endereço situado em uma área de vulnerabilidade social do DF. Desde 2013 é uma Escola Pólo do Projeto de Educação Integral em Tempo (PROEITI), oferecendo Educação Integral de 10 horas para todos os estudantes matriculados na unidade escolar, que ministra do 1º ao 5º ano, séries iniciais do Ensino Fundamental. Atende uma média de 480 alunos, sendo que destes, em torno de 50 são alunos com alguma necessidade educacional especial - ANEE. Atende alunos de várias quadras residenciais próximas à escola e estudantes que residem em regiões mais distantes, tais como Sol Nascente, Pôr do Sol, Ceilândia Norte, Águas Lindas e Taguatinga.

Está localizada em região urbana, onde a comunidade é composta, em grande parte, por moradores de classe média baixa com nível cultural mais voltado para atividades religiosas e festas populares (por exemplo festa junina e carnaval). Nesse sentido, a EC 15 busca oferecer um ambiente inclusivo, favorecendo o desenvolvimento do estudante nos aspectos sociais, afetivo e cognitivo, participando ativamente de concursos e gincanas, que estão relacionados aos temas transversais e que impactam positivamente na comunidade. Além disso, proporciona acesso aos meios de cultura através de visita a museu, cinema, teatro, planetário e zoológico.

A instituição se distingue por desenvolver um trabalho integrado com a comunidade, possibilitando ao educando participar gradativamente no grupo social a que pertence, seguindo sempre os valores de participação, respeito, igualdade, criatividade e transparência. O objetivo principal, neste caso, é fomentar uma escola de qualidade, democrática, participativa e comunitária, colocando-se como espaço

cultural de socialização e desenvolvimento do aluno, preparando-o para o pleno exercício de seus deveres e direitos, sinônimos de cidadania.

A elaboração do Projeto Político-Pedagógico, bem como as atividades desenvolvidas, são fundamentadas nos princípios e diretrizes constantes nos seguintes documentos:

- Constituição Federal de 1988;
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996;
- Política Nacional de Educação Especial - PNEE;
- Regimento Escolar das Instituições Educacionais da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal;
- Currículo em Movimento da Educação Básica das Escolas Públicas do Distrito Federal;
- Estratégia Pedagógica do Bloco Inicial de Alfabetização;
- Estratégia de Matrícula para as Instituições Educacionais da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal;
- Estatuto da Criança e do Adolescente;
- Orientação Pedagógica do Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem, do Atendimento Educacional Especializado/Sala de Recursos e da Orientação Educacional;
- Projeto Político Pedagógico.

"Tais documentos viabilizam o fazer pedagógico na construção de uma escola pública de qualidade, pautada no exercício pleno da cidadania e como instrumento real de transformação social." (Proposta..., 2019, p. 14).

Os métodos avaliativos são entendidos na Proposta Pedagógica (2019) como um mecanismo que vai além da simples aferição do conhecimento. Nesse sentido, a avaliação é um meio abrangente que serve para identificar as falhas e sucesso do ensino ofertado e de suma importância para o melhoramento do processo educativo. Por isso, a escola trabalha perante esta concepção e a realiza de forma contínua e sistemática, guiada por critérios previamente estabelecidos, conhecidos e entendidos por todos, de maneira a possibilitar além do levantamento de dados e a análise do produto final, a função interventiva, onde os resultados apresentam-se aquém do esperado .

Mediante isso, a escola tem alcançado bons resultados pedagógicos, baixos índices de repetência e evasão escolar e um julgamento positivo da comunidade. Há uma procura constante de vagas na escola durante todo ano letivo, muitos pais argumentam que querer matricular o filho na escola em razão dos bons resultados apresentados Proposta... (2019).

4.3 PERFIL DOS ESTUDANTES

O perfil dos estudantes foi traçado pela escola mediante a aplicação de questionários.

Assim sendo, a escola, que está localizada numa área de vulnerabilidade social, atende estudantes, em na sua grande maioria, oriundos de família formada por mãe, avó e dois ou mais filhos. Os responsáveis pela vida escolar dos estudantes são: 48% o pai e a mãe, 41% só a mãe, 7% avós, 3% só o pai.

Quanto ao local de residência, 70% dos estudantes moram nas proximidades da escola e 30% moram longe da escola (Sol Nascente, Pôr do Sol, Águas Lindas e Taguatinga).

Dessas famílias, 25% dos alunos são beneficiários do Programa Bolsa Família. Nesse sentido, a escola entende que em razão da escola funcionar em tempo integral é possível, em conjunto com o Programa Bolsa Família, proporcionar mais renda para as famílias, tendo em vista que o aluno que permanece na escola em um período de 10 horas diárias faz 05 refeições na instituição, gerando impacto nas despesas com alimentação. Além disso, os responsáveis que precisam trabalhar, enquanto o estudante está na escola, não precisam se preocupar com gastos destinados a pagar um terceiro para cuidar da criança. (Proposta..., 2019).

A proposta pedagógica (2019) dispõe, ainda, da informação de que a maioria dos estudantes vivem em lares com pessoas que já praticaram algum tipo de ato infracional e estão ou já estiveram em privação de liberdade, o que tem impacto no cotidiano da escola; assim como a questão dos pais separados.

4.4 PRÁTICAS INOVADORAS IMPLEMENTADAS

O Ensino Integral foi implementado de maneira parcial na EC 15 em 2008, de modo que atendia apenas uma parcela do alunos matriculados, que ficavam na escola durante sete horas diárias, três vezes na semana. Somente no ano de 2013, o ensino integral foi expandido a todos os alunos. No entanto, desde o início da implementação, a escola precisou reformular os seus espaços, sua estrutura administrativa e elaborar um projeto pedagógico que contemplasse todo o período que os alunos estivessem na instituição.

Diante desse cenário, surgem os espaços e as práticas, as quais gradativamente foram inseridas no novo formato de ensino e que fazem com que a escola seja reconhecida como inovadora, levando em consideração que ela adota a inclusão de novos recursos, metodologias e estratégias visando uma educação pública com práticas pedagógicas mais criativas, flexíveis e humanizadas.

Sendo assim, inclusive, premiada pelo Prêmio Gestão 2020 - PGE 2020,

promovido pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), no qual se sagrou como vencedora nas etapas distrital e regional, ficando assim entre as cinco finalistas na etapa nacional. Este prêmio é conhecido por ter o objetivo de reconhecer e valorizar as escolas que se empenham em desenvolver projetos com soluções criativas e inovadoras e gestões competentes, comprometidas com a qualidade da aprendizagem na educação básica do ensino público brasileiro.

Nesse sentido, as práticas e políticas educacionais implementadas pela escola, alinhadas com o conceito de educação inovadora, o qual preconiza a observação do contexto e da cultura local para o aprimoramento da educação pública tanto por meio do uso de novas práticas pedagógicas como através uso de recursos tecnológicos, e que foram capazes de promover rupturas com o modelo tradicional de ensino que se destacam no PPP-2019 são:

- **Criação de um laboratório de Informática** – Duas salas do Bloco administrativo foram desativadas e transformadas em um laboratório de informática. Na ocasião, a escola conseguiu uma doação de quinze computadores junto à Caixa Econômica Federal e o Proinfo (Programa Nacional de Tecnologia Educacional) ajudou a consolidar o funcionamento do laboratório de informática, revitalizando e dando a assistência necessária para o bom funcionamento do mesmo.
- **Horta Escolar** – A segunda mudança realizada foi à transformação de uma área baldia, próxima ao pátio da escola, que antes servia para juntar mato, lixo e inservíveis, que foi transformada em uma horta. A implementação do projeto contou com algumas parcerias, entre elas com a EMATER, que é uma empresa pública responsável por promover o desenvolvimento rural sustentável e a segurança alimentar em benefício da sociedade do DF e Entorno.
- **Espaço Ipê Amarelo** - Em 2011 com o objetivo de ampliar a área útil da escola e aumentar o número de alunos atendidos pela Escola Integral foi criado o Espaço Ipê Amarelo. A construção desse espaço foi fruto trabalho e insistência junto a órgãos públicos como SLU, NOVACAP e a administração de Ceilândia para remoção de árvores, que estavam causando riscos de acidentes e prejuízos à estrutura do prédio, e terraplanagem do terreno. Depois de concluída a primeira etapa, foi plantada dois pés de Ipê Amarelo, colocados mesas e bancos (lembrando uma praça). Neste espaço, os alunos poderiam ler e praticar jogos de mesa e embelezar a escola na época da seca e do calor. Foram colocadas também quatro duchas para futuros banhos de chuveiro e de mangueira.
- **Programa Mais Educação** – A EC 15 de Ceilândia aderiu a este Programa do Governo Federal e passou a contar com recursos financeiros para

desenvolver as atividades do Tempo Integral. No mesmo ano de aderência a escola tornou-se referência em Educação Integral no Distrito Federal pelo Programa Mais Educação. Criado em 2007, no governo Lula, o Mais Educação era uma política pública que tinha como objetivo uma educação integral, com um processo pedagógico que conecta áreas do saber à cidadania, ao meio ambiente, direitos humanos, cultura, artes, saúde e educação econômica. O programa vigorou até 2016, quando foi substituído, no governo Temer, pelo "Novo Mais Educação", que visava melhorar a aprendizagem em Língua Portuguesa e Matemática no Ensino Fundamental. Este último foi encerrado em dezembro de 2019, durante a gestão Bolsonaro.

- **Centro Olímpico** - Além de aulas de Educação Física na escola com profissionais habilitados, os estudantes saem da escola, duas vezes por semana, para o Centro Olímpico onde participam das aulas de natação, futebol, voleibol, basquetebol e atletismo.
- **Serviço de Orientação Educacional (SOE)** - Responsável pelo trabalho de acompanhamento contínuo dos estudantes, sempre disponível a atendê-los, ouvindo-os e também acompanhando as famílias.
- **Equipe de Apoio a Aprendizagem** - Responsável, junto com o SOE, pelo atendimento aos estudantes encaminhados pelos professores com queixas diversas. Responsável também pela escuta dos estudantes e das famílias e pela orientação a professores, tendo sempre em vista os procedimentos de avaliação das queixas escolares e níveis de intervenção – PAIQUE.

Conforme as informações constantes na proposta pedagógica (2019), os alunos que não alcançam as habilidades esperadas são encaminhados para atendimento no reagrupamento e projeto interventivo, sempre buscando o maior rendimento. Se não obtiver avanço, são encaminhados para a Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem, com o objetivo de procedimentos que se façam necessários.

No entanto, a Proposta Pedagógica aponta que mesmo diante de bons resultados a unidade escolar ainda possui necessidades de melhorias na estrutura física e tem como desafio o pouco envolvimento da família no ambiente escolar, de modo que é necessária uma participação maior com mais responsabilidade para o alcance do sucesso dos estudantes.

5 CONCLUSÃO

Partindo do entendimento da educação como uma Política de Estado e um direito social que possui impacto direto sobre toda a sociedade, buscou-se neste estudo analisar a influência das políticas públicas e das práticas educacionais inovadoras sobre a melhoria da qualidade do ensino público, com foco na Escola Classe 15 de Ceilândia, no Distrito Federal. No intento desse objetivo, realizou-se uma breve contextualização histórica da educação pública no Brasil e do modelo tradicional de ensino. Além disso, foi apresentado os conceitos de políticas públicas educacionais, inovação escolar, bem como a história da escola objeto desse estudo.

Diante disso, a proposta desse trabalho era encontrar respostas para o seguinte questionamento: A implementação de políticas públicas educacionais, em conjunto com práticas consideradas inovadoras, contribuíram para que e a Escola Classe 15 de Ceilândia - EC 15 obtivesse destaque como uma escola inovadora e de qualidade?

A partir do estudo realizado, apoiado na verificação dos dados encontrados através de pesquisa bibliográfica e documental, em mecanismos de pesquisa virtual acadêmicos, tais como o *google scholar* e *Scientific Electronic Library Online - SciELO*; sites oficiais do Governo Federal e do Distrito Federal; e na legislação educacional, foi possível observar que é sim de suma importância a implementação de políticas públicas e práticas educacionais inovadoras como estratégias para promover a qualidade e a efetividade no ensino público.

Isso, porque, conforme verificado na Proposta pedagógica da escola, essas políticas e práticas permitiram a EC 15 adotar uma abordagem de trabalho pedagógico que valoriza a atenção individualizada, reconhecendo cada criança e adolescente como sujeito no processo de aprendizagem. Ao adotar uma educação contextualizada, incorporando em todas as suas ações educativas, seja aquelas desenvolvidas na escola, seja aquelas realizadas como ações complementares na comunidade, abrangendo a realidade e a diversidade regional e local, nas suas dimensões culturais, sociais e econômicas proporciona um maior envolvimento da comunidade escolar (professores e profissionais que atuam na escola, alunos, pais e/ou responsáveis pelos alunos). Com essa abordagem, de forma gradativa, a escola tem conquistado melhores indicadores e reconhecimento como uma escola inovadora, pois atua em conformidade com as políticas educacionais vigentes, objetivando superar o modelo convencional de ensino, por meio da adoção de recursos tecnológico e novas práticas pedagógicas, aprimorando, assim, a educação pública que oferta.

No tocante às políticas educacionais, o entendimento é que desde a

promulgação da Constituição, todas as leis e normativos que vieram depois, tais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, o Plano Nacional de Educação - PNE, Plano Distrital de Educação - PDE e o Currículo em Movimento do DF - CMDF, dentre outros, têm sido essenciais no sentido de direcionar quanto às diretrizes e aos novos instrumentos que a educação pública deve adotar, no intuito de superar a educação tradicional. Estas políticas, além de se complementarem e caminharem juntas em direção a uma nova educação, também estimulam a inovação nas práticas pedagógicas.

No que diz respeito às práticas pedagógicas consideradas inovadoras, foi possível perceber que elas estão intrinsecamente ligadas aos objetivos e metas constantes nas políticas educacionais e nos resultados obtidos. A adoção de recursos tecnológicos e o desenvolvimento de novas atividades em um formato mais interativo, estimulando um ensino crítico, reflexivo e criativo, transparece como foi possível obter progressos no processo de aprendizagem dos estudantes, uma vez que, a partir delas, houve uma ruptura, ainda que de forma lenta e gradativa, com o modelo tradicional. Colocando desse modo, o aluno como protagonista, oportunizando-o a participar efetivamente na construção do seu próprio processo de ensino-aprendizagem, e o professor como um mediador na construção do conhecimento.

Essa compreensão foi possível mediante o alcance dos objetivos específicos traçados no início deste trabalho. Na tentativa de contextualizar a educação, qual o seu formato predominante e apresentar o conceito de políticas públicas educacionais é notório que há uma extensa e robusta bibliografia sobre os temas. Já em relação à conceituação das práticas pedagógicas consideradas inovadoras, a quantidade dos estudos científicos é bem mais reduzida. Isso, conforme a própria literatura aponta, está relacionado com o fato de que a temática só passou a ser objeto de estudo, de forma mais intensa, nos últimos vinte anos, junto com o processo de transformações e democratização do ensino público. Apesar da variedade de artigos científicos apontando o conceito, há uma limitação quanto aos exemplos práticos. Essa limitação foi superada, para este estudo, através do Projeto Político-Pedagógico da EC 15, o qual detalha as práticas adotadas pela escola e mediante a análise de relação existente entre a conceituação de inovação e modo de desenvolvimento das respectivas atividades no ambiente escolar.

Com isso foi possível confirmar a hipótese inicialmente estabelecida, mas, além disso, também compreender a complexidade do processo, pois o que se evidenciou é que as Políticas Públicas e as práticas de inovação escolar são fundamentais e de extrema relevância, porém, elas, por si só, não são suficientes para romper com o paradigma educacional tradicional.

Nesse sentido, observou-se que mais do que a implementação de políticas e práticas que fomentam a inovação, visando o fator qualidade, é imprescindível que exista também o envolvimento e cooperação de toda a comunidade escolar e dos demais setores da sociedade. Exemplo disso são as reestruturações feitas pela EC 15, as quais contaram com o apoio de outras instituições, tais como a doação de computadores feita pela Caixa Econômica Federal, no momento da construção do laboratório de informática e a parceria com a EMATER na construção da horta escolar.

Outros dois aspectos observados foram, primeiro, a adoção das avaliações durante os processos de aplicação e desenvolvimento das práticas implementadas e não ao final delas, facultando, assim, a escola fazer as devidas adaptações e intervenções, de modo que, ao final do processo, os resultados alcançados foram positivos. E, segundo, a necessidade de continuidade das Políticas Públicas, a exemplo do Programa Mais Educação, que possibilitou recursos para que a escola pudesse instituir o turno integral, mas que logo foi descontinuado pelo governo. Isso é um problema, pois, além de impactar na continuidade dos processos já em andamento, pode dificultar que esse modelo de ensino seja replicado em outras instituições.

Portanto, nesse sentido, é fundamental que o poder público, em conjunto com a sociedade civil, continue investindo em políticas educacionais inovadoras, que busquem promover uma educação de qualidade para todos. Somente assim será possível superar os desafios e transformar a educação pública em um instrumento efetivo de promoção do desenvolvimento social e humano. Além disso, é fundamental promover a formação e capacitação contínua dos professores, proporcionando-lhes as ferramentas necessárias para aplicar práticas inovadoras em sala de aula.

Consonante a isso, é a relevância dos estudos sobre inovação nas políticas educacionais, principalmente, pelo cientista político especialista em políticas públicas. Isso, porque, conforme aponta a literatura, tão importante quanto os conteúdos são os procedimentos de ensino e as demais variáveis que impactam a aprendizagem e permanência do estudante na escola. No complexo contexto educacional brasileiro, é essencial a atenção de profissionais não apenas da área da Educação, mas de toda a comunidade acadêmica, num esforço coletivo e multidisciplinar na identificação das limitações e das possíveis alternativas para um ensino público que seja de qualidade para todos e não apenas uma exceção à regra. Cabe ressaltar que, apesar da educação não possuir um lugar de destaque na agenda de pesquisa da Ciência Política, conforme levantamento feito por Oliveira *et al.* (2020), os estudos nessa área são de suma importância diante da centralidade

que o tema assume na arena política e o impacto que tem para toda sociedade.

Os desafios para o alcance de uma educação pública de qualidade para todos são enormes, principalmente quando consideramos o quão diversas são as realidades sociais, culturais e econômicas no imenso território brasileiro. No entanto, mesmo que de forma mais lenta do que a desejada, são passíveis de serem superados. Trabalhar em prol da qualidade da educação pública é imprescindível, pois é por meio dela que se dá o desenvolvimento de habilidades e competências dos indivíduos, a redução das desigualdades sociais e a promoção de uma sociedade mais participativa e consciente.

Desse modo, este estudo buscou colaborar na produção de conhecimento nas áreas de práticas de inovação escolar e políticas públicas educacionais no âmbito do Distrito Federal, podendo contribuir no complexo processo de transformação pelo qual passa a educação pública em sua tentativa de superar o enraizado modelo tradicional de ensino. A pesquisa pode ainda contribuir numa ampliação do escopo dos objetos de estudo, de forma a possibilitar que metodologias educacionais que obtiveram êxito possam ser replicadas por escolas inseridas em realidades sociais semelhantes e que buscam alcançar resultados similares.

Nesse mesmo segmento, pesquisas futuras poderão avançar em direção a um levantamento de dados que busque sistematizar como e quais são as práticas e os modelos de inovação que estão sendo implementados em escolas públicas do DF, de modo a identificar se há ou não um padrão entre as instituições de ensino consideradas inovadoras, a fim de contribuir com o debate sobre a implementação de políticas educacionais que fomentem a inovação no âmbito do ensino público.

Por fim, concluo com o entendimento de que a criação de políticas públicas que visam promover o acesso e a permanência, assim como uma educação de qualidade, em conjunto com novas práticas e abordagens de ensino consideradas inovadoras, são indispensáveis no que diz respeito ao objetivo de atingir uma educação de qualidade e democrática, que estimule a aprendizagem, o pensamento crítico, a criatividade e o desenvolvimento de habilidades essenciais para a formação integral dos estudantes, colaborando para formação de cidadãos.

REFERÊNCIAS

30 ANOS DA CONSTITUIÇÃO. Câmara dos Deputados / Senado Federal.

Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/agencia/infograficos-html5/constituente/index.html#>. Acesso em: 13 jan. 2023.

BARBOSA, José Marcio Silva; MELLO, Rita Márcia Andrade Vaz de. Avaliação, Plano Nacional de Educação de 2014 - 2024 e as interpretações acerca da Meta 7. **Revista Educação e Políticas em Debate**, v. 10, n. 1. 433–452 p, jan./abr 2021.

Disponível em:

<https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/55105>. Acesso em: 12 mar. 2023.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF. Presidência da República, 2023. Disponível em:

https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/constituicao1988/arquivos/ConstituicaoTextoAtualizado_EC%20127_128.pdf. Acesso em: 10 set. 2023.

BRASIL. LDB. Lei n. 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, de 19 de dezembro de 1996, Brasil, ano 1996. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394compilado.htm. Acesso em: 11 mar. 2023.

BRASIL. Plano Nacional de Educação - PNE n. LEI Nº 13.005/2014, de 24 de junho de 2014, ano 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 25 mar. 2023.

CARVALHO, Ulisses Pereira de. **Inovação em Práticas Pedagógicas**: um estudo de caso em uma escola da rede pública do DF. Brasília, 2021 Dissertação (Mestrado Profissional Inovação em Comunicação e Economia Criativa) - Universidade Católica de Brasília. Disponível em: <https://bdtd.ucb.br:8443/jspui/handle/tede/2884>. Acesso em: 4 dez. 2022.

CASTRO, Rodrigo Batista . Eficácia, Eficiência e Efetividade na Administração pública. *In*: 30º ENCONTRO DA ANPAD, n. 30. 2006, Salvador/BA, 2006.

Disponível em: http://www.anpad.org.br/diversos/down_zips/10/enanpad2006-apsa-1840.pdf. Acesso em: 18 abr. 2022.

CODEPLAN. **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD 2021**.

Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.codeplan.df.gov.br/tabelas-de-resultados-pdad-2021/>. Acesso em: 18 jun. 2022.

COSTA, Catarina Fontoura. **Inovação pedagógica em escolas de educação básica da rede pública de ensino do distrito federal – Brasil**. Brasil, f. 147, 2021 Dissertação (Mestrado em Administração e Gestão Educacional – MAGE) - Universidade Aberta, Brasil, 2021. Disponível em:

<https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/11359>. Acesso em: 23 abr. 2023.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A educação básica no Brasil. **Educação & Sociedade**,

Campinas, v. 23, n. 80, p. 168-200, setembro 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/Hj6wG6H4g8q4LLXBcnxRcxD/?lang=pt#>. Acesso em: 25 jan. 2023.

DEMO, Pedro. **Educação, Avaliação Qualitativa e Inovação – I**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2012. 28 p. Disponível em: <http://td.inep.gov.br/ojs3/index.php/td/article/view/3864>. Acesso em: 14 mai. 2023.

DISTRITO FEDERAL. Lei n. 5.499, de 13 de julho de 2015, ano 2015. Disponível em: <https://dflegis.df.gov.br/ato.php?p=lei-5499-de-14-de-julho-de-2015>. Acesso em: 15 abr. 2023.

DUARTE, Sérgio Martins. **Os impactos do modelo tradicional de ensino na transposição didática e no fracasso escolar**. Porto, 2018 Dissertação (Docência e Gestão da Educação) - Universidade Fernando Pessoa, Porto, 2018. Disponível em: <https://bdigital.ufp.pt/handle/10284/6624>. Acesso em: 13 fev. 2023.

FERREIRA, Danielle Mendonça Sousa. **Escolas em transição : comunidades de aprendizagem no DF: concepções e práticas inovadoras?**. Brasília, f. 202, 2020 Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2020. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/39808>. Acesso em: 5 fev. 2023.

FERREIRA, Livia Andrade. A Avaliação no Plano Nacional de Educação (2014-2024). **Revista Meta: Avaliação**, v. 8, n. 24, p. 410 - 439, set./dez 2016. Disponível em: <https://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/metaavaliacao/article/view/1138>. Acesso em: 8 abr. 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v. 21, 1987. Disponível em: <https://cpers.com.br/wp-content/uploads/2019/10/Pedagogia-do-Oprimido-Paulo-Freire.pdf>. Acesso em: 3 fev. 2023.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA - UNICEF. **Dois milhões de crianças e adolescentes de 11 a 19 anos não estão frequentando a escola no Brasil, alerta UNICEF**. UNICEF. 2022. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/dois-milhoes-de-criancas-e-adolescentes-de-11-a-19-anos-nao-estao-frequentando-a-escola-no-brasil>. Acesso em: 17 jan. 2023.

GADOTTI, Moacir. A QUESTÃO DA EDUCAÇÃO FORMAL/NÃO-FORMAL. *In: DIREITO À EDUCAÇÃO: SOLUÇÃO PARA TODOS OS PROBLEMAS OU PROBLEMA SEM SOLUÇÃO?*. 2005, Sion: Institut Internacional des Droits de 1º Enfant, 2005, p. 1-11. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5633199/mod_resource/content/1/eudca%C3%A7%C3%A3o%20n%C3%A3o%20formal_formal_Gadotti.pdf. Acesso em: 13 fev. 2023.

GADOTTI, Moacir. **História das ideias pedagógicas**. São Paulo, 2003. Disponível em: <https://acervo.paulofreire.org/handle/7891/2787>. Acesso em: 11 jan. 2023.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 1996. (Capítulos 1,2,3 e 4).

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Educação 2019**. IBGEeduca. Brasil, 2020. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf. Acesso em: 15 abr. 2022.

IGNACIO, Julia. **O que são direitos sociais?**. Politize!. 2017. Disponível em: . Acesso em: 13 set. 2023.

IGNACIO, Julia. **O que são direitos sociais?**. Politize!. 2017. Disponível em: <https://www.politize.com.br/direitos-sociais-o-que-sao/>. Acesso em: 10 abr. 2022.

INDICADOR DE ALFABETISMO FUNCIONAL - INAF. **Indicador de Alfabetismo Funcional**. 2018. Disponível em: <https://alfabetismofuncional.org.br/alfabetismo-no-brasil/>. Acesso em: 29 dez. 2022.

IOSIF, RANILCE MASCARENHAS GUIMARÃES. **A qualidade da educação na escola pública e o comportamento da cidadania global emancipada: implicações para a situação da pobreza e desigualdade no Brasil**. Brasília, f. 310, 2007 Tese (Pós - Graduação em Política Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2007. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/2560>. Acesso em: 13 mar. 2023.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. Goiânia: Alternativa, 2013.

MELO, Josimeire Medeiros Silveira de . **História da Educação no Brasil**. 2 ed. Fortaleza: UAB/IFCE, 2012. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/207142/2/Historia%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 2 mar. 2023.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **PNE - Plano Nacional de Educação** . Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/>. Acesso em: 25 mar. 2023.

NANNI, Giovanni ; FILHO, José Camilo dos Santos . Importância da avaliação das políticas públicas educacionais. **Instrumento: Rev. Est. e Pesq. em Educação**, Juiz de Fora, v. 18, n. 1, p. 125-138, jan./jun 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/revistainstrumento/article/view/18966>. Acesso em: 11 mar. 2023.

NUNES JUNIOR, Vidal Serrano. **Direitos sociais**. Enciclopédia jurídica da PUC-SP. São Paulo, 2017. Disponível em: <https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/54/educacao-1/direitos-sociais>. Acesso em: 10 abr. 2022.

OCDE. **Manual de Oslo**: Diretrizes para Coleta e Interpretação de Dado sobre Inovação Tecnológica . 3 ed. 2005. Disponível em: <https://antigo.mctic.gov.br/mctic/opencms/indicadores/detalhe/Manuais/Manuais.html>.

Acesso em: 28 mai. 2023.

OLIVEIRA, Adão Francisco de. POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS:: conceito e contextualização numa perspectiva didática. *In*: OLIVEIRA, Adão Francisco de (Org.); PIZZIO, Alex Pizzio (Org.); FRANÇA, George França (Org.). **Fronteiras da Educação**: desigualdades, tecnologias e políticas. Editora da PUC Goiás, 2010, p. 93-99, p. 93-99. Disponível em: <https://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2012/01/texto-4-pol%C3%8Dticas-p%C3%9Ablicas-educacionais.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2023.

OLIVEIRA, Amurabi *et al.* A Pesquisa e os Pesquisadores em Educação na Ciência Política Brasileira. **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, v. 6, n. 1, p. 25-44, 21 julho 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/rsulacp/article/view/18509>. Acesso em: 3 mar. 2023.

PAIVA, Marlla Rúbya Ferreira *et al.* Metodologias ativas de ensino-aprendizagem: Revisão integrativa. **SANARE - Revista De Políticas Públicas**, Sobral, v. 15, n. 2, p. 145-153, Jun./Dez 2016. Disponível em: <https://sanare.emnuvens.com.br/sanare/article/view/1049>. Acesso em: 22 fev. 2023.

PARO, Vitor Henrique. Autonomia do educando na escola fundamental: um tema negligenciado. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 41, p. 197-213, jul./set. 2011. Disponível em: <https://www.vitorparo.com.br/artigos-para-baixar/>. Acesso em: 2 fev. 2023.

PIERI, Renan. **Retratos da Educação no Brasil**. Insper. São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www.insper.edu.br/working-papers/retratos-da-educacao-no-brasil/>. Acesso em: 12 abr. 2022.

PROPOSTA Pedagógica: Triênio 2017-2019. Brasília, f. 159, 2019. Disponível em: https://www.educacao.df.gov.br/wp-content/uploads/2019/07/pp_ec_15_ceilandia.pdf. Acesso em: 23 abr. 2023.

PROTETTI, Fernando Henrique . Afinal, existe algum aspecto positivo no modelo da Escola Tradicional?. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 106, p. 75-83, março 2010. Disponível em: <https://www.academia.edu/download/76371667/5317.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2023.

ROSSI, Ednéia Regina. Inovações educacionais no tempo presente e rupturas no paradigma moderno: uma análise das pesquisas educacionais da Universidade de Genebra. **Educar em Revista** , Curitiba, v. 37, p. 1-21, 23 agosto 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.78885>. Acesso em: 10 set. 2023.

SARAVIA, Enrique. INTRODUÇÃO À TEORIA DA POLÍTICA PÚBLICA. *In*: SARAVIA, Enrique (Org.); FERRAREZI, Elisabete (Org.). **Coletânea de políticas públicas**: volume 1. Brasília: Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), v. 2, 2006. cap. 1, p. 21-42. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/1254>. Acesso em: 5 fev. 2023.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**: Polêmicas do nosso tempo. 32ª ed.

Campinas: Autores Associados, v. 5, 1999. Disponível em: https://grupos.moodle.ufsc.br/pluginfile.php/336255/mod_resource/content/1/Escola%20e%20democracia_Saviani.pdf. Acesso em: 2 fev. 2023.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL - SEEDF. **PDE - Plano Distrital de Educação**. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. 2015. Disponível em: <https://www.educacao.df.gov.br/pde-2/>. Acesso em: 15 abr. 2023.

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL. **Aspectos Fiscais da Educação no Brasil**. Tesouro Transparente. Brasília, 2018. Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/aspectos-fiscais-da-educacao-no-brasil/2018/30>. Acesso em: 13 abr. 2022.

SEEDF. **Currículo em Movimento da Educação Básica**: Pressupostos Teóricos. Brasília, 2021. Disponível em: https://www.educacao.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/1_pressupostos_teoricos.pdf. Acesso em: 19 mar. 2023.

SILVA, Ana Kátia da Costa *et al.* Festival de curtas: um projeto inovador. **Colóquios - Geplage - PPGED - CNPq**, n. 2. 36–46 p, 25 maio 2021. Disponível em: <https://www.anaiscpge.ufscar.br/index.php/CPGE/article/view/993>. Acesso em: 30 abr. 2023.

SIMEC - SISTEMA INTEGRADO DE MONITORAMENTO EXECUÇÃO E CONTROLE DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Inovação e Criatividade na Educação Básica. Disponível em: http://simec.mec.gov.br/educriativa/mapa_questionario.php. Acesso em: 21 abr. 2022.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, jul/dez 2006. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/5605>. Acesso em: 16 fev. 2023.

SOUZA, José Clécio Silva; SANTOS, Mathéus Conceição. Contexto histórico da educação brasileira. **Revista Educação Pública**, v. 19, n. 12, 25 junho 2019. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/12/contexto-historico-da-educacao-brasileira>. Acesso em: 17 jan. 2023.

SOUZA, Rayse Kiane de; TEIXEIRA, Clarissa Stefani; SOUZA, Márcio Vieira de. **Educação fora da caixa**: tendências internacionais e perspectivas sobre a inovação na educação. São Paulo: Editora Blucher, v. 4, f. 200, 2018. 200 p. Disponível em: <https://via.ufsc.br/wp-content/uploads/2018/08/Educacao-Fora-da-Caixa-V4.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2023.

TAVARES, Fernando Gomes de Oliveira. O conceito de inovação em educação: uma revisão necessária. **Educação**, Santa Maria, v. 44, p. 1-19, 11 nov. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/1984644432311>. Acesso em: 10 set. 2023.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Saiba o que foi e como funcionou o Plano de Desenvolvimento da Educação**. Todos pela educação. 2018. Disponível em:

<https://todospelaeducacao.org.br/noticias/saiba-o-que-e-e-como-funciona-o-plano-de-desenvolvimento-da-educacao/>. Acesso em: 13 abr. 2022.

TRIGUEIRO, Emília Suitberta de Oliveira. BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA. **Revista Educação em Debate**, Fortaleza, v. 38, n. 72, p. 49-61, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/23135>. Acesso em: 13 jan. 2023.

VIDOTTI, Lucimara Ferraz Martins; AFONSO, Roseli de Cassia. **A Pedagogia histórico-crítica na prática do professor**: desafios e possibilidades. Paraná, 2008. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1446-6.pdf>. Acesso em: 3 fev. 2023.

VINCENT-LANCRIN, Stéphan *et al.* **Measuring Innovation in Education 2019**: What Has Changed in the Classroom?. Paris: OECD Publishing, f. 168, 2019. 336 p. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/9789264311671-en>. Acesso em: 10 set. 2023.

WESTIN, Ricardo . **Para lei escolar do Império, meninas tinham menos capacidade intelectual que meninos** . Agência Senado. Brasília, 2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/nas-escolas-do-imperio-menino-estudava-geometria-e-menina-aprendia-corte-e-costura>. Acesso em: 12 jan. 2023.